**Requerimento de Averbação de Construção/Reforma/Demolição**

**Ilma. Sra. Oficiala do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itanhomi - MG**

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nacionalidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,

Portador(a) da carteira de identidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estado civil: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, convive em união estável: ( ) Sim ( ) Não, profissão:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, filho (a) de: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ telefone(s) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,

\*Dados necessários conforme Provimento nº 61/2017/CNJ

Requerer a Vossa Senhoria seja procedida a averbação de [construção/reforma/demolição] na matrícula nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sobre o respectivo terreno localizado na Rua/Avenida \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e opto pela seguinte modalidade de averbação:

( ) Averbação de construção/reforma/demolição acompanhada da CND do INSS.

( ) Averbação de construção/reforma/demolição sem apresentação da CND do INSS, conforme artigo 1168-A do Provimento 93/2020/TJMG.

( ) Averbação da CND do INSS referente à construção já averbada, conforme artigo 1168-A, §1º, do Provimento 93/2020/TJMG.

Declaro ainda que:

( )Informamos que a dispensa da CND do INSS/Receita Federal para averbação de construção/reforma/demolição está prevista no artigo 1168-A do Provimento 93/2020/TJMG. No entanto, a dispensa não exime o construtor ou proprietário de suas responsabilidades fiscais junto à Receita Federal. A regularidade fiscal da obra é de responsabilidade do interessado.

Declaro estar ciente, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

( ) Construção em zona rural, declaro que não há emissão de "habite-se" ou documento equivalente \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Documentos anexos:

- [ ] CND do INSS (se aplicável).

- [ ] "Habite-se" ou documento equivalente (se aplicável).

- [ ] Declaração do proprietário (para zonas rurais).

Declaro, para fins de cobrança de emolumentos relativos à averbação de construção/reforma/demolição, nos termos do art. 10. § 3º, I, da Lei Estadual 15.424/04 c/c art. 135 do Código de Normas do Estado de Minas Gerais – Provimento Conjunto 93/2020, o valor correspondente a R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Local e data: Itanhomi-MG, \_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 202\_\_\_\_.

Assinatura do Requerente:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

## Assinatura do requerente

### (Reconhecer firma ou assinar no balcão da Serventia na presença de um escrevente)

Observações:

### *\* As cópias reprográficas que acompanharem o presente requerimento devem ser autenticadas.*

\* Verificar a necessidade de reconhecer firma do(s) requerente(s) e qual a forma (Autêntica ou por Semelhança).

\* Dispensa o reconhecimento de firma, quando o requerimento for firmado pelo interessado, identificado por documento oficial, na presença do oficial de registro ou de seu preposto.

\*Caso o requerimento seja firmado por procurador, apresentar procuração com poderes e qualificação completa de quem assina.

LGPD:

* Declaro estar ciente de que todas as informações solicitadas em razão deste protocolo (art. 175 e 176 LRP), são previstas para o cumprimento do dever legal desta Serventia (art. 7º Lei 13.709/18 e Prov. 61/2017 CNJ), e após o prazo determinado por lei (Prov. 50/2015 CNJ) serão excluídas dos bancos de dados.
* Autorização: As informações relativas ao protocolo apontado para registro/averbação poderão ser comunicados por e-mail ou whatsapp, informados no cadastro: [ ] Sim [ ] Não